

**Assessoria de Precatórios  
DESPACHO DE RELATORES**

**0001165-16.2018.8.06.0000 - Precatório.** Credor: S. B. de B.. Advogado: Patricio Wiliam Almeida Vieira (OAB: 7737/CE). Advogado: Walter Alves de Albuquerque (OAB: 2017/CE). Advogado: Marcello Mendes Batista Guerra (OAB: 18285/CE). Advogada: Lorena Duarte Vieira (OAB: 24608/CE). Devedor: E. do C.. Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Paulo Roberto Mourao Dourado (OAB: 9121/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Verificando que o acordo registrado no Termo de Audiência retro constitui meio válido de promover a liquidação regular do valor devido ao credor pactuante, determino que seja promovido o pagamento correlato, a partir dos exatos termos do ajuste. Diante da satisfação do crédito, retire-se o precatório da lista cronológica, comunicando-se, em seguida, ao juízo da execução acerca da quitação. Após, archive-se. Intimem-se. Fortaleza, 08 de outubro de 2019. Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

**Total de feitos: 1**

**Assessoria de Precatórios  
DESPACHO DE RELATORES**

**0001164-31.2018.8.06.0000 - Precatório.** Credor: J. V. C.. Advogado: Patricio Wiliam Almeida Vieira (OAB: 7737/CE). Advogado: Walter Alves de Albuquerque (OAB: 2017/CE). Advogado: Marcello Mendes Batista Guerra (OAB: 18285/CE). Advogada: Lorena Duarte Vieira (OAB: 24608/CE). Devedor: E. do C.. Proc. Estado: Paulo Roberto Mourao Dourado (OAB: 9121/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Verificando que o acordo registrado no Termo de Audiência retro constitui meio válido de promover a liquidação regular do valor devido ao credor pactuante, determino que seja promovido o pagamento correlato, a partir dos exatos termos do ajuste. Diante da satisfação do crédito, retire-se o precatório da lista cronológica, comunicando-se, em seguida, ao juízo da execução acerca da quitação. Após, archive-se. Intimem-se. Fortaleza, 08 de outubro de 2019. Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

**Total de feitos: 1**

## EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

**EDITAL Nº 96/2019**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, com base nos artigos 52 e 85 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça,

**RESOLVE** incluir na pauta da Sessão do Tribunal Pleno do dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2019, com início às 13 horas e 30 minutos, convocada através do Edital nº 81/2019, disponibilizado no DJe de 19/09/2019, os requerimentos de **ACESSO** ao Cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, pelo critério de **MERECIMENTO**, em vaga decorrente da Aposentadoria do Desembargador Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos, apresentados na forma do Edital nº 78/2019, de 16 de setembro 2019, publicado no DJe de mesma data, mantendo-se inalterada a pauta anteriormente publicada.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em 14 de outubro de 2019.

Desembargador **WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO**  
PRESIDENTE

## CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

### ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES

---

**PORTARIA Nº 91/2019/CGJCE**

Dispõe acerca de recomendações relativas à **XIV Semana Nacional da Conciliação**, a se realizar no período de 04 a 08 de novembro de 2019.

**O DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** o Movimento Nacional pela Conciliação encetado pelo Conselho Nacional de Justiça, que teve como marco inicial o Dia Nacional da Conciliação, ocorrido no dia 08 de dezembro de 2006, quando o Judiciário Cearense obteve destaque nacional;